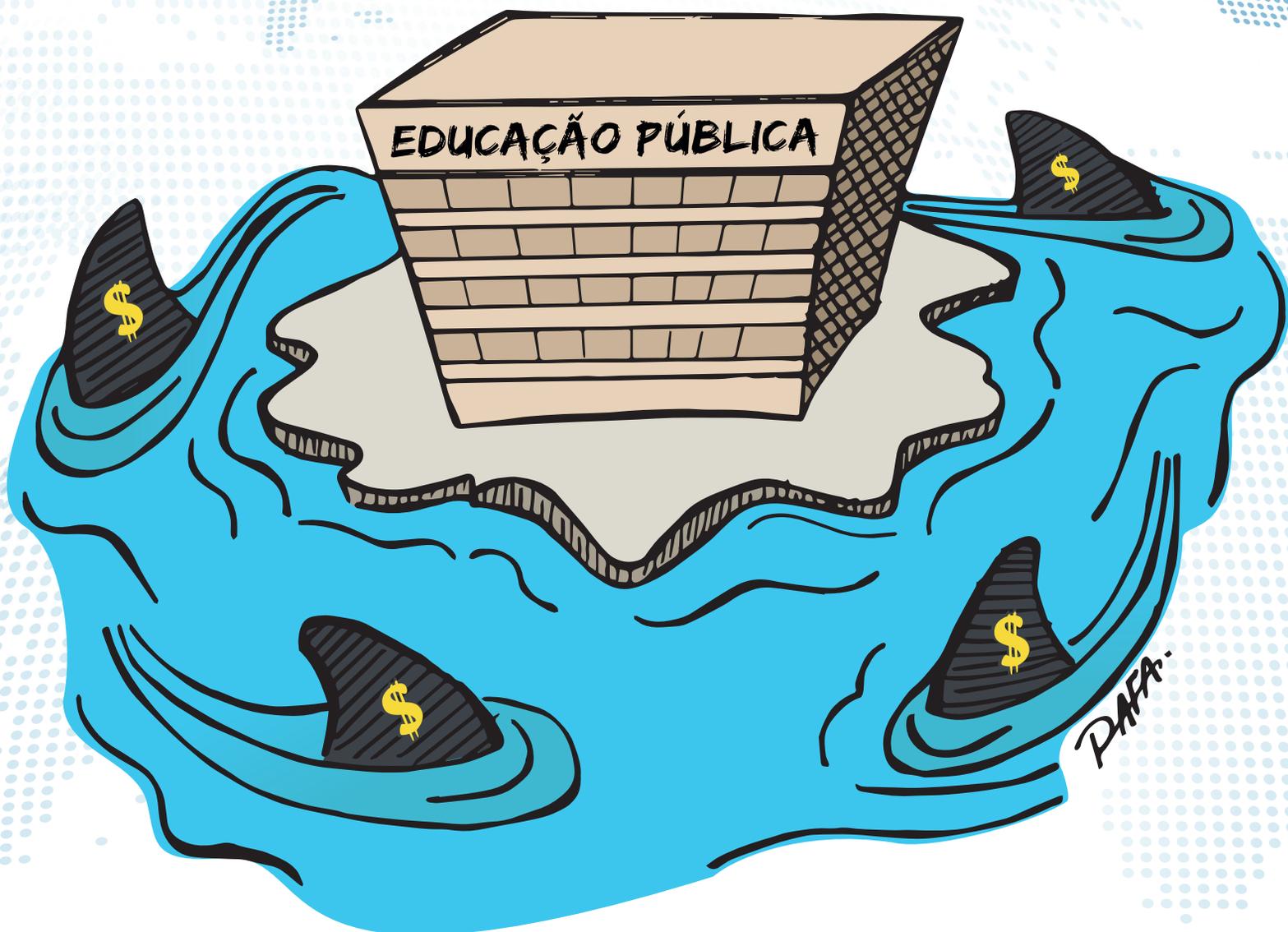




QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

## AS LUTAS **EM DEFESA** DA **EDUCAÇÃO PÚBLICA**



ANDES-SN luta pela revogação da  
Base Nacional Comum Curricular  
**Págs. 7 e 8**

Docentes sofrem com violência e  
perseguição no ambiente escolar  
**Pág. 12**

**A**tendendo a deliberações congressuais do ANDES-SN, lançamos a presente **Edição Especial do Informandes – Lutas da Educação Básica**, que discute temas da política educacional que estiveram no centro do debate e no cenário das principais lutas do último período. Entre os assuntos abordados estão a luta pela revogação do novo ensino médio – NEM (denominado, agora, de reforma da reforma do ensino médio, após a aprovação da Lei nº 14.945/2024), da BNC-Formação (atualmente, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica – Resolução 04/2024) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e contra a violência nas escolas.

Tais temas são a expressão da realidade concreta das instituições de ensino, marcadas pelas reformas educacionais, com vistas a sua adequação cada vez mais aos interesses do mercado ou àquilo que temos denominado, nas cartilhas do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE), de Projeto do Capital para a Educação. Todas essas lutas possibilitaram a criação de diversas frentes e unidades de ação entre entidades sindicais e estudantis da educação básica e superior, bem como acadêmica e científica, formando uma articulação muito mais ampla, como a Frente Nacional pela Revogação da BNC-Formação, da qual o ANDES-SN participa. Assim, apresentamos um balanço dessas importantes frentes e das lutas que o sindicato tem encampado na educação básica, em conjunto com outras entidades da Educação, durante e após os anos de Bolsonaro.

Desde que o Novo Ensino Médio foi aprovado, por meio de Medida Provisória e, depois, transformado em Lei (13.415/2017) e, agora, na nova Lei nº 14.945/2024, o ANDES-SN tem assumido uma postura crítica quanto à reforma do ensino médio, caracterizando-a como uma contrarreforma e aprovando várias resoluções pela sua revogação. No ano de 2023, por exemplo, foram realizadas diversas ações unitárias pela revogação do NEM, com a participação da categoria docente.

No ano de 2024, o ANDES-SN permaneceu firme na luta em conjunto com as outras entidades pela revogação do NEM, mas também contra a ‘reforma da reforma’ do ensino médio, consubstanciada no projeto de lei que se materializou na aprovação da Lei nº 14.945/2024.

Como parte da luta pela revogação da Resolução 02/2019, o ANDES-SN passou a integrar a Frente Nacional Revoga BNC-Formação.

O ANDES-SN, em conjunto com as seções sindicais das e dos docentes das universidades Estadual do Ceará (Sinduece SSind.) e Federais do Estado do Ceará (ADUFC SSind.), participou também de uma mobilização durante a abertura da reunião pública do Conselho Nacional de Educação (CNE), em Fortaleza (CE). As entidades cobraram o compromisso do ministro da Educação, Camilo Santana, de revogar a Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) até o final do ano passado, o que não ocorreu.

Neste ano, o governo federal, em vez de revogar as Resoluções 02/2019 e 02/2020 e retomar a Resolução 02/2015, decidiu aprovar novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução 04/2024), sem diálogo com as entidades. A resolução não expressa os anseios das entidades educacionais e do campo da formação de professores e professoras, especialmente.

A discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está intrinsecamente vinculada aos temas da reforma do ensino médio e da BNC-Formação, tendo recebido atenção do Sindicato Nacional em

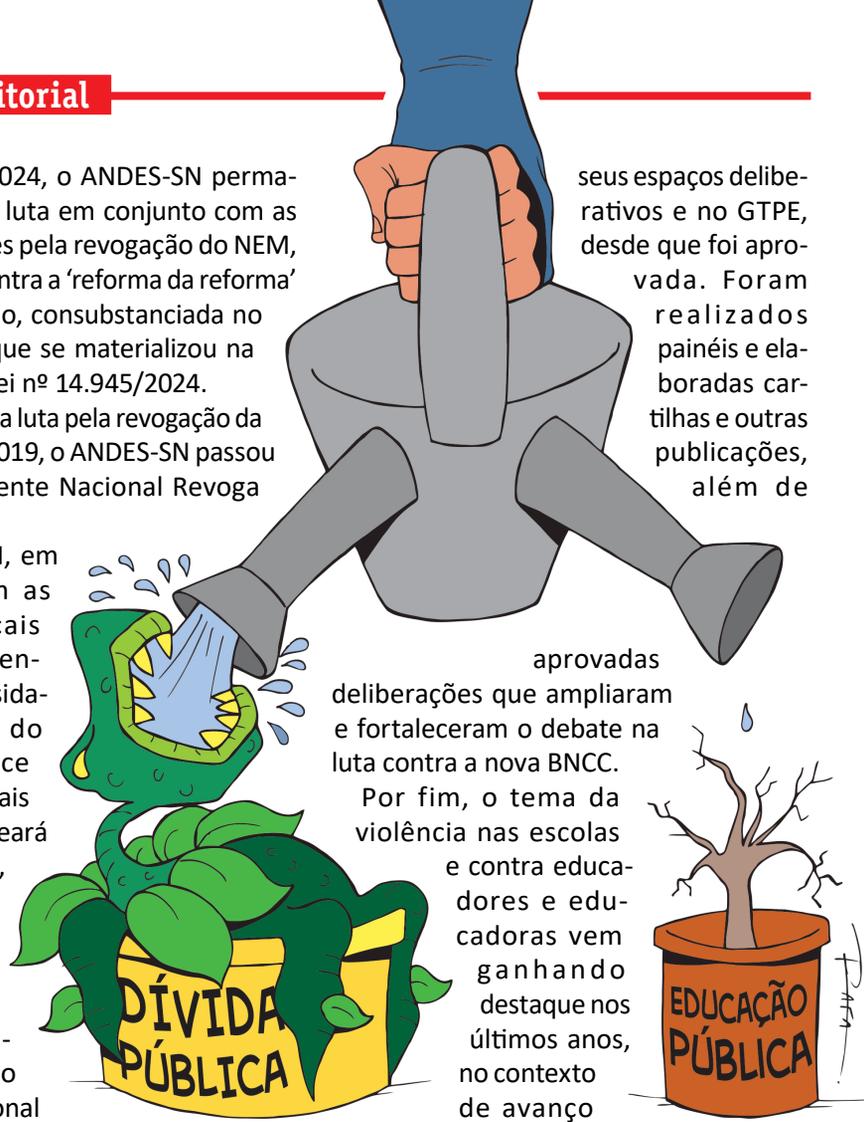
seus espaços deliberativos e no GTPE, desde que foi aprovada. Foram realizados painéis e elaboradas cartilhas e outras publicações, além de

aprovadas deliberações que ampliaram e fortaleceram o debate na luta contra a nova BNCC.

Por fim, o tema da violência nas escolas e contra educadores e educadoras vem ganhando destaque nos últimos anos, no contexto de avanço

das ideias conservadoras na sociedade e que se refletem no seio educacional. Assim, as instituições educacionais, docentes e estudantes se transformaram em alvos dos mais diversos tipos de violência.

Que docentes, estudantes e servidores e servidoras técnico-administrativos possam continuar a luta unitária, a exemplo da greve federal da educação e das diversas greves nos estados, nos anos de 2023 e 2024, em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada e que nossa organização aponte na perspectiva da “ampliação da articulação com sindicatos da Educação Básica, organizações estudantis e de outro(a)s trabalhadore(a)s brasileiro(a)s para que se mantenha a necessária autonomia e crítica às políticas educacionais dos governos federal, estadual e municipal que consideram a educação mercadoria” (Resolução do 41º Congresso do ANDES-SN, 2023).



## EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br) // E-mail: [imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Redação: Letícia Figueiredo DrT 4124

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

# ANDES-SN intensifica lutas em defesa da educação básica após os anos de Bolsonaro



**E**m 2023 e 2024, o ANDES-SN ampliou e fortaleceu as lutas em defesa da educação básica. O setor da Educação foi um dos mais atacados nos últimos anos, em especial durante o governo de Jair Bolsonaro, por meio de uma pauta conservadora, neoliberal, autoritária e pelo aprofundamento do projeto de mercantilização e militarização das instituições públicas de ensino.

O Sindicato Nacional atuou, em diversas frentes nacionais e estaduais, em conjunto com entidades sindicais e movimentos estudantis, e no Congresso Nacional, pela revogação das contrarreformas do Novo Ensino Médio (NEM) - hoje já modificado pela Lei nº 14.945/2024 -, da BNC-Formação - transformada em novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução 04/2024) -, e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outras medidas que comprometem a qualidade da educação pública no Brasil.

O 66º Conad e o 41º Congresso do ANDES-SN aprovaram, no ano passado, diversas resoluções e recomendações ao Grupo de Trabalho de Política Educacional

(GTPE) para avançar contra os ataques à Educação, como, por exemplo, a luta pela revogação da contrarreforma do Ensino Médio e das demais leis, dos decretos, das resoluções e das normas federais, estaduais e municipais sobre o tema, incluindo os relacionados à Base Nacional Comum Curricular e BNC-Formação (Resolução 02/2019), dentre outras.

O ANDES-SN participou, portanto, de diversos atos pela “Revogação do NEM” no ano passado: em 15 de março, 27 de junho, 9 de agosto e 19 de dezembro. As manifestações surtiram efeito e o substitutivo do PL 5.230/23, que tratava do NEM, teve sua votação adiada, na Câmara dos Deputados, para março de 2024, o que foi considerado uma vitória parcial pelas categorias.

No entanto, após a votação na Câmara, o PL seguiu para o Senado, sofreu alterações, e retornou à Câmara, onde foi aprovado em julho e transformado na Lei nº 14.945/2024, que manteve vários problemas da lei anterior. Por isso, a nova lei está sendo caracterizada como uma reforma da reforma do ensino médio.

Para a 1ª tesoureira do ANDES-SN, Jennifer Webb, o foco principal nesse

momento pós-governo Bolsonaro foi a mobilização das frentes que atuaram contra a “reforma da reforma” do NEM. “Percebemos que foi um grande combate que fizemos para que, de fato, essa reforma fosse revogada. Uma reforma que foi gestada durante o governo Bolsonaro e começou a ser implementada bem no final. No governo atual, a proposta foi suspensa [em dezembro de 2023] fruto da nossa luta, o que foi um avanço”, avalia Webb.

No entanto, a diretora lembra que, posteriormente, a reforma da reforma do NEM foi retomada e aprovada em julho de 2024, o que reforça a necessidade de retomar a luta contra essa nova lei. Jennifer também considera um grande desafio a questão do militarismo nas escolas de educação básica.

“O governo Bolsonaro fez um grande investimento na criação, regulamentação e expansão desses colégios na rede pública, tanto municipal quanto estadual, com base em políticas ideológicas, dizendo que seria potencialmente mais salutar, teria mais qualidade. Mas os próprios dados apontaram que era um grande equívoco. Conseguimos pequenos avanços no retrocesso dessa política, mas ela está em pleno curso. Temos que focar no enfrentamento, para podermos realmente implementar uma educação pública de qualidade, socialmente referenciada e, principalmente, que seja voltada para os verdadeiros interesses da nossa juventude, das nossas crianças, dentro da educação básica”, argumenta.

Segundo Elizabeth Vasconcelos Barbosa, docente da Universidade Federal Fluminense (UFF), o ANDES-SN tem um papel de protagonismo nas lutas em defesa da educação básica. “O Sindicato Nacional, a partir das regionais, a partir dos comitês de região, das seções sindicais buscou criar fóruns estaduais para fortalecer os fóruns nacionais, como a ‘Frente Nacional Escola Sem Mordada’, que teve um papel muito relevante. O GTPE, já em 2016, também iniciou a produção de uma série de cartilhas sobre o ‘projeto do Capital para a Educação’, como, por exemplo, o volume a ‘Contrarreforma do Ensino Médio: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei 13.415/17’, que é um material muito bom e atual, que levamos

para nossos eventos, trabalhamos com a nossa base, para entender o significado dessa contrarreforma, que é um ataque brutal à educação básica”, detalhou. A cartilha mencionada pela docente está em processo de atualização, considerando a aprovação da nova lei para o ensino médio.

Elizabeth informa que já são quatro volumes produzidos pelo Sindicato Nacional. “Desde 2016, construímos esse material exatamente para ajudar na formação da categoria. O que significam essas reformas? Na primeira cartilha, já se apontava a interferência dessas contrarreformas na qualidade, na identidade da educação básica brasileira”, critica. Para a professora, as cartilhas foram de extrema importância para dialogar com a base e com a sociedade, pois logo em seguida veio a pandemia e os movimentos de rua tiveram que recuar. As cartilhas produzidas tratam de diversos temas relacionados à educação básica, como BNCC; Escola Sem Partido versus Escola Sem Mordaça; o crescimento do Ensino à Distância; a proposta de desmonte da educação pública pelo Banco Mundial; a Frente Parlamentar Evangélica; entre outros.

“Em 2020, produzimos o volume 3, que debate a educação domiciliar porque é algo que vai avançando e vai se fortalecendo, além da militarização das escolas e a perspectiva de uma classe trabalhadora completamente alienada. Em plena pandemia, fizemos o volume 4, que vai tratar do ensino remoto e do desmonte do trabalho docente. A sala de aula se tornou virtual mesmo e veio o esvaziamento das nossas instituições de ensino com a modalidade à distância. Portanto, o ANDES-SN, cada vez mais, está fortalecendo também através



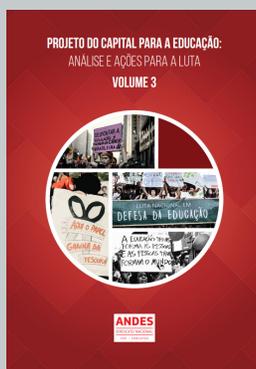
Elizabeth Barbosa, docente UFF.

desses materiais o debate e a luta para a revogação dessas contrarreformas, que assolam a educação pública e que, por trás delas, há o fortalecimento de uma educação privada, mercadológica”, acrescenta.

A luta em defesa da educação básica, articulando sindicatos e entidades do movimento estudantil, deve seguir se fortalecendo no próximo período, reivindicando as pautas que não foram atendidas pelo governo federal, como a revogação da reforma da reforma do ensino médio (antigo NEM); a revogação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução 04/2024), que

substituiu a BNC-Formação; a revogação da BNCC; o fim dos projetos de militarização das escolas nos estados, os quais se intensificaram, mas que sofreram derrotas importantes em alguns lugares, como no Rio Grande do Sul; contra os processos de privatização da gestão das escolas, bem como em defesa da carreira, das condições de trabalho, pela recomposição e ampliação do orçamento.

Só a luta organizada e unificada poderá apontar no sentido da conquista de uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada nas necessidades da classe trabalhadora, como demonstrou a histórica greve federal da educação e as greves estaduais, ao longo do ano de 2024.



Todas as cartilhas mencionadas podem ser encontradas no site [www.andes.org.br](http://www.andes.org.br)

# Pela imediata **revogação da “reforma da reforma”** do Ensino Médio

No dia 31 de julho de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.945/2024, que estabelece a Política Nacional de Ensino Médio, que passa a vigorar em 2025, e altera a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e revoga parcialmente a Lei nº 13.415/2017, que dispõe sobre o Novo Ensino Médio (NEM). Trata-se de uma reforma da reforma do ensino médio.

O ANDES-SN denunciou, em nota, a “forma apressada e atropelada” como ocorreu a votação do Projeto de Lei (PL) 5230/23, que foi aprovado na Câmara de Deputados no dia 9 de julho. A proposta foi incluída na pauta, de última hora, pelo relator Mendonça Filho (União-PE), em manobra que contou com o apoio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). O PL já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados em março, mas sofreu alterações no Senado em 19 de junho, o que exigiu nova análise pelas deputadas e pelos deputados.

O referido relatório vinha acompanhado de um substitutivo, de autoria da senadora Dorinha (UNIÃO-TO), que foi aprovado pelo Senado Federal,

incorporando parte das emendas apontadas pelo Senado, e mantendo o conteúdo do projeto original, o qual se contrapõe à concepção da formação básica crítica, gratuita e de qualidade defendida pelo Sindicato Nacional.

O ANDES-SN, em conjunto com demais entidades do Setor da Educação e o movimento estudantil, alertou sobre os problemas dessa nefasta contrarreforma, desde a primeira versão em 2016. Naquele ano, escolas de ensino médio e universidades foram ocupadas em 19 estados. No mesmo período, docentes federais realizaram uma greve de 30 dias contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 – a PEC do Teto de Gastos, que congelaria os investimentos nas políticas sociais por vinte anos -, e contra a medida provisória (MP) 746/2016, do Novo Ensino Médio (NEM), que depois foi sancionada como Lei 13.415/2017.

“Quando o ministro da Educação, Camilo Santana, apresentou o PL 5.230/23 em substituição ao Novo Ensino Médio, nós, do ANDES-SN, dissemos que não queríamos

uma ‘reforma da reforma’. E foi exatamente por conta da apresentação desse projeto, que houve a possibilidade de o Mendonça Filho ser relator e conseguir fazer com que esse PL fosse piorado, resgatando elementos da MP 746/16 e, ainda, do próprio NEM, piorando o projeto apresentado pelo governo federal. Nós queremos um ensino médio que seja gratuito, público, laico e socialmente referenciado nas necessidades da classe trabalhadora”, destaca a 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, Raquel Dias.

## Aumento das desigualdades

Outro grande problema do NEM, que foi mantido na “reforma da reforma”, foi a ampliação das desigualdades educacionais entre estudantes que frequentam escolas privadas e escolas públicas, e consequentemente sociais, além da diminuição do acesso de estudantes da classe trabalhadora ao conhecimento. Lucas Barbosa Pelissari, docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), explica que com a implementação do Novo Ensino Médio, pesquisas já comprovam essa realidade de maior exclusão.



Segundo Pelissari, estudos acadêmicos têm demonstrado que a forma como o currículo se organiza, fragmentando conhecimentos e fragilizando conhecimentos científicos, se organizando em temas genéricos e pelas grandes áreas do conhecimento, acaba resultando em um aprofundamento das desigualdades. “Porque, obviamente, para aquelas escolas vinculadas a sistemas de ensino que tradicionalmente têm como clientela setores das classes médias altas e das classes dominantes, nada muda. Elas continuam formando para o vestibular, inclusive ofertando os tais itinerários formativos de maneira bastante refinada, com conhecimento erudito, de base científica, o que diferencia essa clientela dos setores das classes populares, que, esses sim, acabam tendo seu conhecimento mais fragmentado, com os tais itinerários formativos ofertados de maneira bastante genérica e praticista”, explica.

Um segundo aspecto negativo da contrarreforma, apontado pelo docente, é ser pautada em um perfil de trabalhador e trabalhadora jovem, flexível, que possa se adaptar às intemperes do mundo do trabalho, centrado na informalidade. “A contrarreforma é bastante pautada no tipo de trabalhador flexível, com conhecimento básico e que vão estar adaptados a vender a sua força de trabalho a preços baixos no mercado de trabalho, sem direitos sociais, que é resultado da reforma trabalhista. Isso também tem muito a ver com elementos que caracterizam a ascensão da extrema direita no país, afinal de contas, ela é produto de um cenário hegemonizado politicamente pela extrema direita, o que chamamos de neofascismo do ponto de vista ideológico. Então, esses elementos são funcionais também ao neofascismo na medida que são anticientíficos”, analisa.

O professor da Unicamp ressalta, ainda, que as pesquisas têm apontado que as mudanças impostas pelo Novo Ensino Médio impactam também, definitivamente, na formação de professoras e professores e do tipo de trabalho requerido desses profissionais. “Para ensinar e formar um trabalhador jovem flexível, você também tem que ter uma base reduzida, diminuta de conhecimentos científicos na sua formação e um

conjunto muito robusto de conhecimentos práticos. O professor e a professora se formam, portanto, com um currículo voltado para a prática e não para as grandes questões teóricas, que caracterizam a identidade de pesquisa, crítica, consciência do mundo em que vive”, acrescenta.

### Como ficou com a “reforma da reforma”

Embora projeto inicial do governo federal buscasse mitigar alguns problemas do Novo Ensino Médio, a reforma da reforma manteve a essência da proposta, que é um ensino médio excludente, que segue aprofundando as desigualdades educacionais e sociais, conforme Lucas Pelissari apontou.

Com a “reforma da reforma”, a carga horária total do ensino médio permanece em 3.000 horas ao longo dos três anos (com 5 horas diárias distribuídas em 200 dias letivos por ano). Foram mantidas as 2.400 horas de formação geral básica, vinculadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e as 600 horas para disciplinas optativas, do chamado “itinerário formativo”, que possibilita a escolha de disciplinas de interesse da e do estudante. Até então, eram destinadas 1.800 horas à formação geral básica, direcionando 1.200 horas para os itinerários formativos.

Os itinerários formativos permanecem, com quatro possibilidades: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ou ciências humanas e sociais aplicadas. Com a nova redação proposta, não constará mais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a obrigatoriedade de ensino de língua portuguesa e de matemática nos três anos do ensino médio, tema que será tratado na BNCC.

O ensino médio será ofertado de forma presencial, mas será admitido, de forma excepcional, que seja mediado por tecnologia, na forma de regulamento elaborado com a participação dos sistemas estaduais e distrital de ensino.

O espanhol continuará a ser disciplina não obrigatória, que poderá ser ofertada como outra língua estrangeira preferencial no currículo, conforme a disponibilidade dos sis-

temas de ensino.

A carga horária para aqueles e aquelas que optarem pela formação técnica e profissional será de 1.800 horas para a formação geral básica. Outras 300 horas, destinadas à formação geral básica, poderão ser utilizadas ao aprofundamento de estudos em disciplinas da BNCC diretamente relacionadas à formação técnica profissional oferecida. Como a soma desses dois módulos totalizam 2.100 horas, as restantes 900 horas serão exclusivamente dedicadas às disciplinas do curso técnico escolhido pela aluna e pelo aluno, quando ofertado pela escola, totalizando assim 3.000 horas.

Em nota divulgada quando da aprovação do projeto que alterou o NEM, o ANDES-SN destacou que a nova proposta resultará também em uma formação incompleta, frágil e acrítica, voltada para as necessidades imediatas do mercado de trabalho. “O 'Novo' Ensino Médio representa um atraso para a formação básica brasileira, o que exigirá a continuidade da luta contra a mercadorização da educação, em que se inclui a revogação do NEM e a defesa intransigente da educação pública, gratuita, de qualidade, laica e socialmente referenciada”, alertou o Sindicato Nacional.

Na avaliação da coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do ANDES-SN, Ana Paula Werri, por ser pautado no tecnicismo pedagógico, o NEM e a sua reforma contribuem para a desvalorização do conhecimento científico e do trabalho das professoras e dos professores. Obriga profissionais a se organizarem a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e de diversos dispositivos que abrem brechas para a plataformização do trabalho pedagógico, a desprofissionalização da carreira docente e ampliação das disciplinas ministradas à distância.

Segundo Ana Paula, um projeto educativo para a juventude deve ser construído de forma democrática, em que professoras, professores, estudantes, pesquisadoras, pesquisadores e toda a comunidade possam debater sobre suas necessidades e aspirações. “Diferentemente da forma como o atual foi construído, a partir da necessidade exclusiva do mercado”, desaprova.

# Pela Revogação da Base Nacional Comum Curricular! #RevogaBNCC

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada no final de 2017, primeiramente para a educação infantil e ensino fundamental, e no final de 2018, para o ensino médio. A medida representou um profundo ataque à educação no Brasil.

O ANDES-SN, desde o início, posicionou-se contrário à BNCC, em conjunto com outras entidades educacionais, por considerá-la um instrumento centralizador, autoritário, reducionista e de controle dos conteúdos a serem ministrados por professores e professoras da educação básica.

A proposta da BNCC vinha sendo elaborada desde de 2015. No segundo semestre daquele ano, o Ministério da Educação divulgou uma versão da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica. Em janeiro do ano seguinte, durante o 35º Congresso do Sindicato Nacional realizado em Curitiba (PR), a categoria docente discutiu a BNCC no âmbito do plano de lutas do Grupo de Políticas Educacionais (GTPE) e deliberou por uma série de ações de denúncia e no combate a mais esse ataque à Educação.

Dentre as medidas, estava refutar publicamente, em conjunto com outras associações e entidades, a versão preliminar da BNCC, elencando os pontos gerais da proposta contrários às deliberações do ANDES-SN, denunciando a falta de debate real e efetivo

sobre a questão, bem como a preocupante modificação dos rumos da educação básica brasileira, inserida ao longo do documento do MEC. Além disso, aprofundar as reflexões - gerais e específicas - sobre os elementos contidos na versão preliminar da BNCC e publicar uma nota crítica do ANDES-SN sobre a proposta. O 35º Congresso aprovou também uma moção de repúdio à proposta de BNCC.

Em março de 2016, o GTPE do Sindicato Nacional divulgou o “Projeto do Capital para a Educação: análise e ações para a luta”, com o capítulo “Qualidade e Identidade da Educação Básica Brasileira: a quem interessa a armadilha da BNCC?”. No mesmo mês, a entidade também publicou a crítica à proposta da Base Nacional Comum Curricular, a qual considerava “um instrumento centralizador, autoritário, reducionista e de controle dos conteúdos a serem ministrados por professores/as da Educação Básica”.

“O ANDES-SN é contrário à BNCC por entender que a ela está vinculada uma proposta de centralização da seleção de conteúdos e sua uniformização, baseada no argumento de autoridade dos especialistas das disciplinas. Isto desconsidera as diferenças de significado que se podem atribuir a conteúdos em variados contextos (sociais, econômicos e culturais) cuja expressão possui espaço garantido nos projetos político-pedagógicos das escolas, conforme estabelecido na LDB”,

dizia o texto.

A nota aponta, ainda, que a existência de uma BNCC reforçaria “as tendências internacionais de centralização curricular verificadas nos países centrais do capitalismo com o objetivo de controle político-ideológico do conhecimento, viabilizando a avaliação em larga escala, externa às unidades escolares, e, em consequência, responsabilizando os professores e os gestores pelos resultados da aprendizagem, desconsiderando as condições efetivas da realização das atividades educacionais, como a infraestrutura disponível nas escolas e as condições de trabalho docente”, denunciava o documento.

Durante os governos de Michel Temer (2016/2018) e de Jair Bolsonaro (2019/2022), o Sindicato Nacional participou ativamente de diversas frentes de luta pela revogação da BNCC, bem como aprovou várias resoluções em Congressos e Conads. Docentes foram às ruas, junto com estudantes e demais entidades e categorias que lutam em defesa da Educação, em protesto contra a BNCC e a Reforma do Ensino Médio.

Em 2017, o GTPE lançou outras duas cartilhas, cujos conteúdos abordavam, entre outras temáticas, a Base Nacional Comum Curricular. “As Políticas de Desmonte da Educação Pública” foi divulgada em janeiro e “Contrarreforma do ensino médio e a Lei 13.415/2017”, em junho de 2017.

Já em 2022, o ANDES-SN participou da “Campanha Nacional em Defesa das Ciências Humanas na Educação Básica”, que debateu as consequências das contrarreformas do Ensino Médio e da BNCC para o ensino das Ciências Humanas. Integrada com a organização de um Comitê Diretivo, composto por diversas entidades da Educação, a campanha tinha o compromisso de defender o retorno da obrigatoriedade das disciplinas de Geografia, Filosofia, História e Sociologia ao currículo do Ensino Médio, além de engajar-se de maneira a fortalecer as lutas pela revogação do NEM e da BNCC.

## De onde surgiu a BNCC?

Professor emérito da Unicamp, Dermeval Saviani explica que a ideia de uma Base Nacional Curricular surgiu, originalmente, no Movimento pela Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura, que foi lançado durante a Primeira Conferência Brasileira de Educação (CBE), em 1980, que deu origem



Dermeval Saviani, Professor emérito da Unicamp. Foto: Raphael Teixeira

à atual Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação (Anfope). De acordo com o docente, o “referido movimento vinha defendendo a instituição de uma ‘base comum nacional’ na organização dos currículos da educação básica”.

Saviani ressalta que essa ideia foi absorvida pela Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1996, na forma das ‘diretrizes curriculares nacionais’, alterando, porém, o espírito da proposta do movimento dos educadores. Ele chama a atenção que “o referido dispositivo é assimilado à ideia, que já estava presente na Lei 5.692/71, do regime militar, da ‘parte comum do currículo’, ideia essa negada explicitamente pelo movimento dos educadores”.

O professor da Unicamp destaca que há uma incongruência no surgimento da proposta da BNCC, pois se a base comum já se encontra definida por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, não há sentido na elaboração e aprovação de uma nova norma relativa à BNCC. Sendo assim, a homologação da BNCC teria como função “ajustar o funcionamento da educação brasileira aos parâmetros das avaliações gerais padronizadas”, analisa. Saviani discute a questão no artigo “Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular”, publicado na revista Movimento, publicação de Educação da Universidade Federal Fluminense, em 2016.

## Histórico

A homologação da BNCC é parte das contrarreformas na educação básica. Esses ataques estão expressos na “reforma da reforma” do Ensino Médio (a Lei nº 14.945/2024), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução 04/2024), nas avaliações de larga escala, as quais esvaziam a escola do seu conteúdo específico e do saber sistematizado.

De acordo com Dermeval Saviani, o atual momento da educação brasileira iniciou em 2001, com a vigência do atual Plano Nacional de Educação (PNE), o que ele denomina de “advento do modelo de avaliação orientado pela formação de rankings e baseado em provas padronizadas aplicadas uniformemente aos alunos de todo o país”. Esse período tem como característica mais saliente dessa fase, a avaliação de resultados aferida por meio de testes nacionais, o que já foi preparado na fase anterior, com a aprovação da LDB, em 1996, e a reorganização do INEP, em 1997. O docente, responsável por diversas publicações, aborda a periodização da educação brasileira, no prefácio da 6ª edição

do livro “História das ideias pedagógicas no Brasil”, lançada em 2021, de sua autoria.

Conforme Saviani, embora tenhamos derrotado o desgoverno anterior nas eleições para presidente, infelizmente, elegemos também o mais reacionário Congresso Nacional da história do país. “Assim, atualmente nos encontramos nessa encruzilhada em que mantém-se o risco do retorno de um período de caráter obscurantista na educação brasileira. Cabe-nos, pois, prosseguir, aprofundando e ampliando a luta contra esse risco visando chegar a um novo período, marcado por escolas organizadas sobre uma base curricular comum em âmbito nacional, viabilizando uma educação que garanta a toda a população do país o acesso aos conhecimentos sistematizados”, acrescenta.

## Alternativas

Na opinião de Dermeval, uma educação, que garanta a toda a população do país o acesso aos conhecimentos sistematizados, estaria organizada a partir da concepção politécnica, que significa a “especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna”, ressalta. Tal concepção se fundamenta na articulação do saber teórico-prático com o processo produtivo. Esta é uma concepção radicalmente diferente da que propõe um ensino médio profissionalizante e está na contramão daquela que fundamenta, por exemplo, a reforma da reforma do ensino médio.

O professor defende, portanto, uma escola média de formação geral, desenvolvida sobre a base da relação explícita entre trabalho e educação. Trata-se de “uma escola de tipo ‘desinteressado’ como propugnava Gramsci. É assim que ele entendia a escola ativa e não na forma como essa expressão aparecia no movimento da Escola Nova”, explica. De acordo com Saviani, para Gramsci, o coroamento dessa escola ativa era a escola criativa, entendida como o momento em que os educandos atingiam a autonomia. “Realizava-se, dessa forma, o sentido gramsciano da escola mediante a qual os educandos passariam da anomia à autonomia pela mediação da heteronomia”, acrescenta.

Saviani complementa ressaltando que a organização curricular da Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, tem o caráter de uma educação geral comum e universal, destinada, portanto, a toda a população. Tal proposta se baseia, “no caso da Educação Infantil, no aporte da Psicologia Histórico-Cultural que indica como referência para a identificação do conteúdo e forma do desenvolvimento do ensino a atividade-guia

própria de cada período da vida dos indivíduos”. Para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, o docente toma como referência as reflexões de Gramsci sobre o trabalho como princípio educativo da escola unitária, esboçando a conformação do sistema de ensino tendo em vista as condições da sociedade brasileira atual.

## A luta continua

A luta pela revogação da BNCC e das contrarreformas no campo da educação, provenientes dos governos Temer e Bolsonaro, continua atual, e foi objeto de resolução do 42º Congresso do ANDES-SN, realizado entre os dias 26 de fevereiro e 1º de março deste ano. Na ocasião, a categoria reafirmou a necessidade de “fortalecer campanhas unitárias pelo Revogaço (do NEM, da BNCC etc.) e de oposição à atuação do setor empresarial na educação”.

Raquel Dias, professora da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, afirma que “a luta pela revogação das contrarreformas sugere a mais ampla unidade de ação entre as entidades do movimento docente e estudantil, entidades acadêmicas e científicas e dos movimentos sociais empenhadas na defesa de um projeto classista de educação em oposição ao projeto privatista com forte presença no Ministério da Educação”.

“Por isso, o ANDES-SN tem construído espaços como o Fonasefe, o FNPE, a Conedep, assim como construído o III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação, em parceria com Sinasefe, Fasubra, Apeoesp, Sepe-RJ, dentre outras entidades do movimento estudantil”, acrescenta a diretora, que integra a coordenação do GTPE do Sindicato Nacional.

O III Congresso Mundial contra o Neoliberalismo na Educação acontecerá de 11 a 14 de novembro deste ano, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), na capital fluminense. De 15 a 17 de novembro, está prevista a realização de atividades internas dos movimentos integrantes do evento.

Acesse o Artigo *Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular*



# Resoluções **descaracterizam formação** de professoras e professores

*Junto com outras entidades, o ANDES-SN também luta pela revogação da BNC-Formação*

**A** luta pela revogação da BNC-Formação permanece atual, com a homologação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Resolução 04/24)

A Base Nacional Comum-Formação Inicial (Res. 2/2019) e a Base Nacional Comum-Formação Continuada (Res. 1/2020), subordinadas à Base Nacional

Comum Curricular - BNCC, se referenciam na ultrapassada Pedagogia das Competências, na produção das Fundações, Institutos e empresas educacionais privadas, obedecendo às diretrizes dos organismos multilaterais. O Conselho Nacional de Educação - CNE, no lastro de uma reforma empresarial e privatista, que atende, exclusivamente, aos interesses do mercado, promove a descaracterização dos cursos de formação de professores e professoras.

O enfrentamento pela revogação da BNC-Formação também fez parte da agenda de lutas do ANDES-SN, em 2023 e 2024.

O Sindicato Nacional integra a “Frente Nacional pela Revogação das Resoluções 2/2019 e 1/2020 e a imediata retomada da Resolução 2/2015”. A Frente, que foi criada em 30 de março de 2023, congrega um total de 40 entidades nacionais, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores e professoras e ao campo educacional, como seções sindicais, entidades estudantis, coletivos docen-

tes, entre outros. A Frente Nacional realizou diversas atividades e buscou diálogo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), do Ministério da Educação (MEC), para tratar da revogação das resoluções, mas sem sucesso.

Em 15 de maio de 2023, a Frente Nacional divulgou um manifesto, assinado pelo ANDES-SN, em que repudiava o processo que resultou nas Resoluções 2/2019 e 1/2020. “A aprovação açodada e irresponsável, pelo CNE, das Resoluções 2/2019 e 1/2020, atropelou o processo de implementação da Resolução CNE/CP 2/2015, revogando-a enquanto ainda se encontrava dentro do prazo estipulado para a adequação dos cursos. Essa medida se deu em processo autoritário e antidemocrático, marcado pela ausência de diálogo com as entidades nacionais do campo da formação, as instituições formadoras, as entidades representativas de professores/as e de estudantes. Nossa defesa centra-se em uma Formação de Professores/as socialmente referenciada, crítica e emancipatória”, repudiou a Frente no documento.

De acordo com o presidente do Sindicato de Docentes da Universidade Estadual do Ceará (Sinduece – Seção Sindical do ANDES-SN), Nilson Cardoso, a expectativa da Frente Nacional em relação à revogação da BNC-Formação era de que pudesse ocorrer de forma célere, assim que o novo governo assumiu. Mas isso não ocorreu, sobretudo pelos interesses privatistas existentes dentro do MEC.

“O CNE apontava uma certa adesão a essa perspectiva de revogação, o que não se mostrou efetivo. Com a pressão das entidades, o próprio MEC criou um Grupo de Trabalho (GT) para avaliar a questão da formação docente. Embora o relatório do GT não tenha sido publicado, uma súmula do que foi tratado foi publicizada. Nessa súmula, a possibilidade de ‘revogação da BNC-Formação



e a retomada da diretriz anterior, que é a Resolução 2/2015', estavam presentes", destaca o docente, que também é vice-presidente Regional Nordeste da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), entidade que compõe a Frente.

Nilson explica que o GT, criado pelo próprio MEC, encerrou as atividades no meio de 2023, e não foi mais retomado. "Pelo contrário, algumas pressões continuaram, o ministro Camilo Santana se esquivou de apresentar uma posição e o próprio CNE também tentou se eximir da questão. Até que o CNE surpreendeu a todos e todas, no

final do ano passado, com a publicação de uma nova consulta pública, de um novo documento, contrariando a decisão coletiva apontada pelo próprio GT do MEC de revogar a BNC-Formação e retomar a 02/2015. O que está em jogo, nesses dois documentos, é uma formação tecnicista, reducionista do que seja a profissão docente, muito ligada ao currículo da educação básica, tornando o professor um 'tarefeiro', alguém que coloca o currículo da educação básica em curso", explica o docente.

Em outubro de 2023, foram realizadas diversas atividades pela revogação, dentre elas uma live, transmitida do Sindicato Nacional para impulsionar a campanha.

### Nota contra a Nova Minuta de Resolução

Em 6 de dezembro do ano passado, o CNE apresentou uma Minuta de Resolução de forma unilateral, desconsiderando todas as tentativas de diálogo ao longo de 2023. Em 20 de dezembro, a Frente Nacional pela Revogação da BNC-Formação divulgou uma nota na qual denuncia a desconsideração do MEC/CNE com a apresentação da minuta, em movimento contrário ao explicitado no Relatório do GT Formação de Professores, criado pelo MEC, que indicou a revogação da Resolução 02/2019 e a retomada da

Resolução 02/2015.

No documento, a Frente Nacional, repudia a forma "anti-dialógica e autoritária" utilizada pelo CNE. E ainda complementa: "o texto proposto na Minuta do CNE apresenta uma visão

**" o texto proposto na Minuta do CNE apresenta uma visão fragmentária e reacionária, que insiste em não contemplar: a necessária articulação entre formação inicial e continuada, a valorização dos profissionais da educação do magistério, condições dignas para o exercício do trabalho docente, plano de carreira e piso salarial, e a valorização das licenciaturas, e representa a continuidade do desmonte das políticas de formação de professores e os ataques à categoria do Magistério e às instituições formadoras impetrados de forma autoritária nos últimos seis anos ", diz a Frente Nacional pela Revogação da BNC-Formação.**

fragmentária e reacionária, que insiste em não contemplar: a necessária articulação entre formação inicial e continuada, a valorização dos profissionais da educação do magistério, condições dignas para o exercício do trabalho docente, plano de carreira e piso salarial, e a valorização das licenciaturas, e representa a continuidade do desmonte das políticas de formação de professores e os ataques à categoria do Magistério e às instituições formadoras impetrados de forma autoritária nos últimos seis anos", diz a nota.

### A homologação da Resolução CNE/CP nº 04/2024

No dia 29 de maio de 2024, foi homologada a Resolução CNE/CP nº 4/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, contrariando as expectativas da Frente Nacional pela Revogação das Resoluções 2/2019 e 1/2020 e a imediata retomada da Resolução 2/2015. Na avaliação de Nilson Cardoso, o documento se caracteriza por ser "uma bricolagem de duas resoluções que são antagônicas, mantendo ainda um elemento principal que é a cisão entre a formação inicial e continuada, pautando uma formação estreita, reducionista,

tecnicista, aplicadora de conteúdos previamente estabelecidos pelo Currículo da Educação Básica, na sua forma da BNCC, tornando o professor apenas um tarefeiro, alimentando o interesse do setor privado na política educacional. Trata-se de evidente desconsideração à legítima reivindicação, de retomada da Resolução CNE/CP nº 02/2015, feita por entidades de universidades públicas, científicas e políticas, fóruns e movimentos sociais", afirma o docente.

O representante da Anfope destaca que a luta continua sendo para "superar essa perspectiva e retomar uma construção dialogada, construída no âmbito

de todos os setores da educação e que dê resultado a uma diretriz curricular que garanta uma formação ampla, complexa, profunda sobre o que é ser professor, que garanta a integração, formação inicial e continuada, o que não está colocado no documento atual".

Clarissa Rodrigues, 2ª vice-presidenta da Regional Leste do ANDES-SN, também reforça a necessidade de intensificar a luta contra as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica. De acordo com a diretora do Sindicato Nacional, a Resolução desqualifica a formação de professores e professoras e descaracteriza os cursos de licenciatura. "Assim, o ANDES-SN e as demais entidades permanecem na luta pela defesa de uma formação de professores e professoras para a educação básica socialmente referenciada, crítica e emancipatória", afirma.

Segundo Clarissa, que é da coordenação do GTPE, o grupo de trabalho irá realizar reuniões para analisar e produzir documento sobre a Resolução CNE/CP 4/2024, com o objetivo de subsidiar os debates nas bases das seções sindicais, conforme aprovado no 67º Conad, realizado em julho deste ano em Belo Horizonte (MG).

# Professores e professoras **sofrem com violência e perseguição**

**N**o último período, foi registrado um aumento na violência física e na perseguição política e ideológica contra professores e professoras, tanto na educação básica quanto superior. As ações dos grupos de extrema direita contra a educação e a ciência são características das políticas da extrema direita, amplificadas durante o governo de Jair Bolsonaro. Esses ataques têm como alvos sistematizados educadores, educadoras, pesquisadores e pesquisadoras, numa espécie de ode à ignorância e ao negacionismo científico.

Uma das formas de perseguição política tem sido a utilização das sindicâncias. De acordo com o relatório feito pelo Observatório Nacional da Violência contra Educadoras e Educadores, em parceria com o Grupo de Trabalho Contra Perseguições Políticas do Sepe/RJ, entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de maio de 2024,

foram abertos 1.320 atos de sindicâncias contra professores e professoras.

Fernando de Araújo Penna, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), destaca que é preciso pensar estratégias para enfrentar essa nova configuração de perseguição contra professores e professoras. “Já existiu perseguição contra educadoras e educadores no Brasil, como na ditadura militar, em que foram sequestrados, torturados, censurados. Mas entendemos que, na década passada, com a onda conservadora, surgiu uma nova forma de ameaça, de censura e perseguição ideológica. Para a nossa tristeza, essa estratégia se tornou uma ferramenta política para que pessoas do campo da extrema direita ganhem capital, recursos políticos e financeiros”, critica.

De acordo com Penna, que dedicou suas pesquisas mais recentes aos temas educação democrática, ensino

de história e “escola sem partido”, esse tipo de perseguição é certo porque educadores e educadoras têm uma posição estratégica, no sentido de ampliar o pensamento crítico frente às injustiças sociais, e estão em um dos espaços mais potentes para isso, que é a escola. “Professoras e professores têm um lugar estratégico no combate às desigualdades. Estão em escolas no Brasil inteiro, problematizando a realidade nas quais as escolas estão inseridas. Então, eles vão discutir o racismo, a questão de gênero, a participação das mulheres na sociedade, o desequilíbrio ambiental. Atacar professores, portanto, é uma forma de tentar impedir que essas discussões aconteçam na sociedade”, explica.

O docente alerta que as perseguições se enraizaram com o avanço da extrema direita e, mesmo no período pós governo Bolsonaro, têm encontrado espaço para se perpetuar, considerando o contexto de governos estaduais e municipais, de matiz conservadora, e as características do próprio Congresso Nacional. “Tentar silenciar educadores e educadoras é algo muito potente. Eles sabem disso e é por isso que eles querem silenciá-los”, afirma.

Caroline Lima, 1ª secretária do ANDES-SN, reforça que a extrema direita odeia a educação e busca implementar, através da violência, seu projeto de uma escola única, de um partido único, autoritário, neofascista, conservador. “Não é à toa que, desde 2014 o movimento ‘Escola Sem Partido’, mesmo que midiaticamente perdendo força, está no Congresso Nacional e utiliza esse espaço para atacar a escola e a universidade públicas, além de defender um projeto de privatização da educação”, destaca. “Somos atacados porque querem colocar em nossos ombros a crise que, hoje, a educação pública enfrenta, que é uma crise orçamentária, uma crise de falta de investimento”, analisa.

## **Observatório da Violência contra Educadores**

Fernando Penna foi um grande parceiro do ANDES-SN na luta contra o projeto “Escola sem Partido” – pro-



jeto de lei (PL) 7180/2014, arquivado em 2018, na Câmara dos Deputados, mas desarquivado em fevereiro de 2019, por solicitação do deputado Alan Rick (DEM/AC). Atualmente, o PL 7180/2014 encontra-se na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) da Câmara dos Deputados, desde o dia 06 de março de 2024.

Penna iniciou, em 2015, um mapeamento dos projetos de lei dos estados, municípios e Distrito Federal, que tinham o mesmo teor do "Escola sem Partido". O levantamento foi coordenado pelo docente, com apoio de duas pesquisadoras da UFF, integrantes do coletivo "Professores Contra o Escola Sem Partido", Fernanda Moura e Renata Aquino, e descobriu centenas de projetos de lei estaduais e municipais relacionados ao tema, tendo sido "o primeiro grande levantamento dessa natureza, que mostrou o tamanho dessa ameaça", conforme registra Penna.

O professor também foi um dos grandes articuladores, juntamente com o ANDES-SN e outras entidades da educação, na criação e condução da "Frente Nacional Escola Sem Mordaça". Ele afirma que a frente teve uma atuação muito importante e central naquele contexto, promovendo uma série de debates em todo o país.

Penna é um dos idealizadores e está à frente do Observatório Nacional da Violência contra Educadores (ONVE), lançado em dezembro de 2023. O projeto é uma parceria da UFF com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC). O Observatório está realizando uma pesquisa nacional, que produzirá dados para uma compreensão ampla dos fenômenos de perseguição e violência contra educadores e educadoras no Brasil.

Segundo Penna, o Observatório será um espaço de articulação e de reflexão sobre as novas formas de violência. "Os sindicatos já têm bastante expertise para lidar com as questões trabalhistas, mas para essa nova forma de ameaça, de perseguição ideológica, ainda não temos um repertório consolidado de estratégias. Nesse sentido, a importância da parceria com o ANDES-SN é vital. O Sindicato já tem feito essa luta,

especialmente no âmbito do ensino superior", enfatiza.

O 42º Congresso do ANDES-SN, realizado no início de 2024, aprovou como resolução "que o ANDES-SN participe como observador do Observatório Nacional da Violência Contra Educadores, relatando e avaliando a participação no GTPE, bem como intensifique a luta contra a violência nas escolas, universidades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica (Cefet)". Assim, o GTPE tem acompanhado as ações do Observatório com uma representação, tendo em vista a elaboração de análises e documentos sobre a questão da violência e buscando contribuir com o debate no interior ONVE.

Para fazer o enfrentamento à violência a docentes da base do Sindicato Nacional, em 2018, a entidade criou a Comissão de Combate à Perseguição Docente. Conforme Caroline Lima, que integra a comissão, esse é um espaço para enfrentar, inclusive, perseguições a reitoras e reitores interventores e docentes que sofreram várias ações orquestradas pela extrema direita, ainda no governo Temer.

"Desde então, o ANDES-SN, junto às suas seções sindicais, vem enfrentando processos administrativos disciplinares em conjunto com os professores e professoras e seções sindicais, para evitar exonerações, suspensão de salários,

entre outros aspectos", informa.

A diretora do ANDES-SN cita como exemplos recentes a perseguição a docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que foram denunciados à Polícia Federal por participarem de atos contra a reitoria, incluindo o professor Márcio Bernadino da Silva (UFPB), que também é 2º tesoureiro da Regional Nordeste II do ANDES-SN, a professoras e professoras que "foram chamados de terroristas por se posicionarem contra o genocídio do povo palestino" e o caso da docente Jacyara Paiva, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e 2ª secretária da Regional Leste do ANDES-SN, que foi perseguida e ameaçada de exoneração. "Do ano passado até agora já atendemos mais de 20 docentes. Um dos casos mais graves é a tentativa de exoneração de Jacyara Paiva. Não podemos esquecer que a Ufes é uma das reitorias que sofreu intervenção do governo Bolsonaro", recorda.

### Como combater a violência?

Penna aponta que o combate à violência não se dá em apenas um espaço, ou seja, deve ser combatida com políticas públicas, atuação dos sindicatos, movimentos sociais, entre outros. Mas, especialmente, com "uma educação democrática, voltada para o combate à desigualdade social, para a garantia do direito à educação para todos, todas e todos", afirma.

### Ataques com armas às escolas aumentaram no governo Bolsonaro

Os ataques contra escolas no Brasil tiveram um aumento significativo a partir de 2017, em especial durante o governo de Jair Bolsonaro. Com exceção de 2020, devido à pandemia da Covid-19, entre outubro de 2002 - ano do incidente -, e outubro do ano passado, foram 36 ataques, vitimando 37 comunidades escolares – o caso em Aracruz (ES) ocorreu em duas escolas.

Os ataques fizeram 164 vítimas, sendo 49 fatais e 115 pessoas feridas. Em 16 crimes foram utilizadas armas de fogo, em outros 16 armas brancas e em quatro, armas de outros tipos. Os dados são do levantamento "Ataque às Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental", de 12 de outubro de 2023.

Das 37 escolas vitimadas por ataques de violência extrema no Brasil, 30 são públicas (14 municipais e 16 estaduais) e sete são escolas privadas. De acordo com alguns aspectos da pesquisa, o extremismo é o elemento central, sendo que a misoginia e o racismo desempenham um papel crucial nesse processo de violência.

Muitos ataques foram direcionados a estudantes negros e negras, pessoas com deficiência, e estão diretamente ligados à flexibilização do acesso às armas de fogo, política armamentista do governo Bolsonaro, e também estão intrinsecamente relacionados ao movimento Escola Sem Partido.